

INTRODUÇÃO

O presente trabalho com o tema **Sujeitos Sociais e Diversidade na Prática Educativa do campo na Comunidade São Francisco de Assis em Medicilândia - PA** tem como princípio registrar e documentar a história da comunidade para assim poder contribuir no processo de desenvolvimento no que se refere o contexto social, econômico, cultural, político e religioso. Partir da realidade prática educacional vivenciada no campo é uma forma de facilitar a compreensão e o entendimento de tudo que está relacionado à vida das pessoas que residem no espaço rural.

A perspectiva dessa pesquisa é também para buscar meios que venha contribuir no processo ensino aprendizagem desde as séries iniciais até a educação de Jovens e adultos (EJA). Da mesma forma, discutir e propor juntamente com a comunidade as possibilidades de ampliar o ensino podendo chegar até a 4ª etapa do ensino da EJA na escola Benjamin Constant Comunidade São Francisco de Assis, Km 85 norte em Medicilândia Pará. É por isso que há uma discussão contínua do Projeto Político Pedagógico da escola citada acima; as condições de trabalho, qualidade do ensino, formação e qualificação de profissionais são metas da escola e comunidade.

Nessa dinâmica o trabalho de pesquisa está pautado como objetivo geral: Analisar o processo da prática educativa na relação dos diversos sujeitos sociais e seus reflexos no estágio supervisionado, dialogando com os saberes acadêmicos abordados pelo eixo temático sujeitos sociais e diversidade na prática educativa do campo. Da mesma forma, contemplar os objetivos específicos: Verificar a prática pedagógica dos docentes que atuam no ensino da Educação de Jovens e Adultos; Intervir no processo ensino e aprendizagem, contribuindo criticamente no processo da Educação de Jovens e Adultos, buscando romper com uma educação fragmentada e tradicional; Construir uma análise minuciosa a cerca das entrevistas com professores do ensino da Educação de Jovens e Adultos de áreas afins, para que oriente sua concepção de currículo, planejamento e exercício na docência; Socializar durante o processo da ação interventiva, devolvendo o que observaram no 6º Tempo Comunidade e 7º Tempo Acadêmico.

A pesquisa ocorreu entre os meses de Setembro a dezembro de dois mil e doze; foram usados alguns procedimentos como; Planejamento das atividades da

pesquisa, elaboração de pré-projetos, levantamento de informações na comunidade, entrevistas e estágios com professores e alunos da EJA de 3ª e 4ª etapas, relatórios dos procedimentos utilizados durante a pesquisa, registros escritos e fotografados dos momentos de produção do trabalho que é apresentado a seguir.

1 RESULTADOS

1.1 RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE NO ENSINO DA EJA

Foram entrevistados dois professores que trabalham com Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Municipal de Ensino Fundamental Abraham Lincoln em Medicilândia Pará. Os professores de História e geografia lecionam pouco tempo na modalidade de ensino EJA segundo eles; o professor de História à quatro anos (04) de experiência na EJA e vinte anos (20) de magistério; a professora de geografia à cinco anos (05) de experiência na EJA e quatorze anos (14) de magistério.

Em relação à formação acadêmica dos professores entrevistados, apenas o professor de história possui graduação e Pós-Graduação em História e Cultura Afro-brasileira e também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); já a professora de Geografia não possui formação acadêmica específica para atuar na modalidade de ensino EJA.

Segundo os professores entrevistados, o ensino da EJA é uma modalidade de ensino específica e diferenciada que visa atender uma clientela que antes não tiveram oportunidade de participar da escola e concluir o ensino fundamental maior; surgiu então para ajudar os jovens que estão fora de sala de aula, e que tem contribuído bastante na vida de todos que buscam por uma formação para facilitar o acesso no mercado de trabalho. A Lei n. 9394/96 incorpora uma concepção mais ampla e abre outras perspectivas para a Educação de Jovens e Adultos, desenvolvida na pluralidade de vivências humanas. Conforme aponta o artigo 1.º da Lei vigente:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (LEI nº 9394/96 P 28)

Os professores da EJA trabalham com livros didáticos, revistas, vídeos, projetos da escola, textos relacionados com os temas trabalhados em sala de aula e materiais didáticos direcionados dos PCNs. Ainda relatam que sempre trabalham com materiais que abordam as Origens e Culturas Africanas relacionando a história contemporânea. Já a professora de Geografia diz que os alunos vêm sendo

preparados para enfrentar os desafios que existem na sociedade, uma vez que essa área do conhecimento é crítica e os educando a cada dia está mais seguro do que almejam.

Nos depoimentos dos professores percebe-se que a escola recebe os três níveis de sociedade; classe alta, média e baixa; é grande o índice de evasão na EJA em função de várias situações, problemas familiares, dificuldade em conciliar estudo e trabalho, trabalho puxado durante o dia etc. Na fala da professora de geografia é perceptível que parte das evasões acontece em função das dificuldades financeiras das famílias humildes, com poucas condições de manterem-se os na escola.

Com as diferenças sociais que a escola recebe no ensino da EJA, o professor de história diz que trabalha as diferenças sociais procurando atender de forma igual aos três níveis de público, onde diz ser preparado durante a formação para atender a todas as classes no âmbito social, cultural, econômico, político e religioso. Ainda nessa dinâmica a professora de geografia diz que procura trabalhar de maneira sucinta sempre tentando contemplar a realidade de cada um, fazendo com que aceitem as diferenças conhecendo e respeitando o meio em que vive, de acordo com Moreira, 2003;

Os conhecimentos escolares necessários a uma educação de qualidade devem possibilitar ao educando (a) tanto bom desempenho no mundo imediato como análise e a transcendência das tradições culturais do (a) aluno (a). Cabe destacar, no entanto, que definições de relevância que restringem as pessoas às suas origens são equivocadas. Relevância precisa ser definida em termos do potencial que certos conhecimentos e processos educacionais possuem de tornar as pessoas capazes de compreender o papel que devem desempenhar na mudança de seus ambientes e no desenvolvimento de seus países (MOREIRA, 2003, p.20).

Com relação aos materiais utilizados em sala de aula na EJA, ambos os professores compartilham da mesma colocação dizendo que nem sempre é satisfatória, a maioria dos recursos didáticos são baseados na realidade de outras regiões. Por isso é preciso fazer adaptações relacionando com os recursos aqui disponíveis sempre voltados para a realidade dos educando.

Foram apontadas algumas dificuldades encontradas na prática no ensino da EJA; falta de recursos adequados a realidade local, falta estrutura física como: climatização, água tratada, biblioteca, sala de vídeos e ainda a evasão escolar que é muito grande causando desanimo para os profissionais que estão envolvidos no ensino da EJA.

1.2 INTERVENÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Nos dias vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis de Outubro de dois mil e doze os alunos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo- PROCAMPO, Agnaldo Fernandes da Silva, José Maria Campos da Silva, Maria da Conceição, Rosane Silva de Campos e Valmir Santos da Costa reuniram-se para planejar e produzir materiais didáticos para ser socializado no período de estágio das turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que contabilizaram vinte horas (20) para o planejamento e vinte horas (20) para a produção de materiais didáticos.

O planejamento foi um momento importante para a realização do Projeto Interventivo e Estágio, já que essa dinâmica deu-se através da participação de todos os envolvidos; professores, estagiários e alunos da escola Abrahan Lincoln. Foi um momento que todos demonstraram interesse e compromisso durante o trabalho de elaboração do planejamento e produção dos materiais principalmente os professores porque já tenham alguns anos de experiências na área de ensino; É por isso que Gandin (1999, p.47) sempre tem mostrado sua preocupação afirmando que:

A participação não é simplesmente aquela presença, aquele compromisso de fazer alguma coisa, aquela colaboração, aquele vestir a camisa da empresa nem mesmo a decisão em alguns pontos esparsos e de menor importância; participação é aquela possibilidade de todos usufruírem dos bens, os naturais e os produzidos pela ação humana. (GANDIM, 1999, p 47).

Nos dias doze e dezesseis de Novembro de dois mil e doze no período noturno foi realizado o estágio na turma da EJA 3ª etapa com a disciplina de história abordando os temas; Processo e Colonização do Brasil, Origens, Culturas e Diversidades Étnicas. Foram utilizadas dinâmicas, pesquisas, slides, debate em grupo, produção de texto compreendendo e interpretando os temas apresentados. Foram duas aulas contabilizando dez horas (10) de estágio.

Nos dias dezoito e vinte de Novembro de dois mil e doze no período noturno foi realizado o estágio na turma da EJA 4ª etapa com a disciplina de geografia abordando os temas; O capitalismo e o socialismo. Inicialmente houve um breve diálogo sobre os temas apresentados, em seguida os alunos do PROCAMPO juntamente com a professora da turma Ana Gorete dividiram os alunos em grupos

para discutir e apresentar através de jogral os temas estudados. As duas aulas ocuparam um período de dez horas (10) de estágio.

Nos dias vinte e nove e trinta de Novembro de dois mil e doze no período noturno realizamos o estágio na turma da EJA 4ª etapa com a disciplina de geografia abordando os temas; Aspectos sociais e econômicos. Foi utilizado como dinâmico seminário e produção escrita de texto compreendendo o assunto relacionando com a realidade de cada educando. Esses dois momentos de estágio foram dez horas (10) de aulas.

1.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E PROJETOS VINCULADOS A PRODOCÊNCIA E EJA

O projeto político pedagógico (PPP) da Escola Benjamim Constant km 85 norte em Medicilândia Pará teve início em dois mil e onze (2011). Inicialmente a discussão levantada pelos discentes do Curso de Licenciatura e Educação do Campo (PROCAMPO), em seguida deu-se continuidade com a comunidade local; sendo os envolvidos alunos do PROCAMPO, pais, alunos, professores e direção escolar.

As discussões do PPP não renderam muito ao longo dos dois anos por não encontrar apoio do poder público do município de Medicilândia/PA; mas ainda assim despertou na comunidade interesse em continuar lutando por alguns direitos que o povo do campo tem e precisa para efetivar-se no meio rural. Foi discutida na comunidade a possibilidade de implantar o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), já que a população do campo tem esse direito garantido em lei a apresenta demandas com número suficiente de alunos para iniciar o processo ensino aprendizagem na modalidade EJA 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas.

Temos que defender o direito à educação como um direito universal, mas como direito concreto, histórico, datado, situado num lugar, numa forma de produção, neste caso da produção familiar, da produção agrícola no campo; seus sujeitos têm trajetórias humanas, de classe, de gênero, de etnia, de raça, em que vão se construindo como mulheres, indígenas, negros e negras como trabalhadores, produtores do campo. Os movimentos sociais nomeiam esses sujeitos os sujeitos de direito. (ARROYO apud MOLINA, 2008, p. 76).

A direção da Escola Benjamim Constant juntamente com a comunidade local resolve imbricar no PPP a EJA, que segundo eles caso seja efetivado este projeto, será um grande benefício para a população do campo podendo ser implantado em todas as comunidades rurais que apresentam demandas. Dessa forma, faz se necessário continuar confrontando com o poder público no âmbito municipal, estadual e federal lutando por melhoria e qualidade de vida no campo.

Ainda continua sendo um grande desafio implantar o PPP nas escolas do campo, haja vista que perpassa por muitos anos a dinâmica de as escolas do campo seguirem os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas urbanas. É por isso que muitos projetos que dão direitos especificamente ao povo do campo não têm chegado a eles uma vez que o meio urbano fica com a maior parte dos recursos destinados a educação.

Temos em Arroyo (2005) uma ótima definição da educação que almejamos para a população campesina, em especial, à função da escola nesse processo:

Dá novas funções sociais à escola e a seus profissionais, assim como acresce no conjunto dos profissionais novas sensibilidades educativas para suas funções e os aproxima da escola e esta se aproxima da dinâmica das comunidades. (...) O campo não se desenvolve na lógica fragmentada com que a racionalidade técnica recorta as cidades, onde cada instituição e campo profissional são capacitados para dar conta de um recorte do social. [...] O produtivo, a sociabilidade, a educação, a cultura estão tão imbricados que seus profissionais e suas instituições têm de estar capacitados a intervenções totais. (ARROYO, 2005, p.10).

A educação no/do campo ou para o campo como muitos autores define ainda está na esperança daqueles que realmente vive e sobrevive do campo. Com isso Movimentos Sociais, entidades de bases locais como Sindicatos Associações e Cooperativas ligadas a Reforma Agrária travam lutas contínuas em prol de um povo que sonham com uma educação igual para todos independente de onde está, seja no campo ou na cidade, na favela ou nos grandes centros. Basta olhar no rosto de um trabalhador rural que verá o tamanho do descaso e do sofrimento que passa por falta de políticas públicas para o campo.

1.4 PARTILHA DOS SABERES

Em vinte e quatro de Novembro de dois mil e doze realizou-se a Partilha dos Saberes na Escola Benjamim Constant localizada na Comunidade São Francisco de Assis Km 85 vicinal norte, município de Medicilândia Pará; tendo como participantes; pais, alunos, professores, corpo administrativo da escola e os alunos do PROCAMPO sendo eles; Agnaldo Fernandes da Silva, José Maria Campos da Silva, Maria da Conceição, Rosane Silva de Campos e Valmir dos santos.

O momento inicial da Partilha dos saberes foi com apresentação dos participantes e dos temas a serem discutidos; Assuntos estudados do 7º Tempo Acadêmico (TA), Continuação da discussão do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Benjamin Constant e apresentação do Pré Projeto com o tema **“O Ensino da EJA nas Escolas do Campo.**

Muito se tem pesquisado, discutido e estudado sobre projetos políticos pedagógicos para as escolas com o intuito de melhorar a qualidade do ensino e proporcionar mudanças. A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto pratica especificamente pedagógica (SAVIANI, 1983, p. 93).

A pós as apresentações dos temas citados acima pelos acadêmicos do PROCAMPO; continuaram-se as discussões onde o aluno Agnaldo Fernandes da Silva fez um breve apanhado dos assuntos estudados no 7º TA, abordando com maior ênfase o Ensino da EJA nas escolas do campo; fez o uso da oportunidade para relatar da importância que as discussões feitas nas comunidades têm contribuído no processo de aprendizagem durante a formação de todos acadêmicos.

Em seguida os demais acadêmicos comentaram novamente a continuidade da proposta do Projeto Político Pedagógico na escola e que o mesmo será flexível havendo sempre possibilidades de mudanças de acordo com as necessidades da escola e comunidade; por isso está sendo apresentado um Pré Projeto para Implantação do Ensino da EJA na Comunidade. A acadêmica Rosane Silva de Campos fez um diálogo sobre a importância da EJA, quando surgiu e com qual objetivo; ouvindo as colocações alguns participantes da reunião indagaram perguntando por que o poder público do município nunca implantou o EJA na comunidade; a diretora da escola Benjamin Constant contribuiu comentando sobre as indagações levantadas no momento, onde diz que os governantes não têm

interesses em implantar o EJA nas comunidades porque não querem mais gastos e ocupação.

No final do século XIX e início do século XX, num contexto de emergente desenvolvimento urbano industrial e sob forte influência da cultura européia, foram aprovados projetos de leis que enfatizavam a obrigatoriedade da educação de adultos. Buscava-se aumentar o contingente eleitoral, sobretudo no primeiro período republicano para, por efeito, atender aos interesses das elites. A escolarização passou a se tornar critério de ascensão social, referendada pela Lei Saraiva de 1882, incorporada depois à Constituição Federal de 1891, que impediu o voto ao analfabeto, alistando somente os eleitores e candidatos que soubessem ler e escrever. (PAIVA, 1983, p. 17).

Após a apresentação do Pré Projeto os participantes demonstraram interesses na proposta contribuindo na discussão e na possibilidade de levantar demandas com pessoas que realmente queiram estudar ou dar continuidade aos estudos. A Diretora da escola falou da satisfação em receber os acadêmicos do PROCAMPO trazendo a proposta do EJA para a comunidade e disse ainda que a escola já houvesse pensado nessa possibilidade, mas ainda não tinha encontrado apoio ou até mesmo por onde começar. Nesse sentido, prosseguiu as discussões onde os participantes do encontro lembraram-se do que sempre houve nos discursos políticos que diz “todos tem direito e o acesso a educação”.

A reunião na comunidade São Francisco de Assis foi de grande importância porque despertou nos participantes interesses em continuar com as discussões e que pretendem apresentar e solicitar ao poder público do município o Ensino da EJA na Escola Benjamim Constant. Segundo a comunidade agora já tem uma garantia que ajudará na busca por mais um direito que é todo; mas ainda assim parte dos participantes demonstrou insegurança em lutar por esse benefício porque afirmam dizendo que as leis nem sempre são cumpridas. Com essas colocações os alunos do PROCAMPO pediram para não desistirem de lutar porque se todos tem direito garantido em lei precisam fazer valer esse direito.

A partilha do saber é um momento de exposição e apresentação dos trabalhos e produções realizadas nos Tempos Acadêmicos (TAs). Da mesma forma, relacionar os temas estudados com a problemática da comunidade onde se realiza o trabalho de pesquisa denominado de Tempo Comunidade (TC). Esse momento de partilha é também para contribuir com a escola e comunidade local; influenciar nas questões culturais, sócio-políticas, econômicas e o que surgir no período de execução do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho reproduziu a realidade de um povo que tem histórias, marcas e sentimentos que por muitas vezes não foram notados ou atendidos em algo que lhes dão direitos de forma igual aos que vivem na cidade. É nessa compreensão que foi direcionado este trabalho por se tratar de um povo do campo, que lutam por um currículo voltado para a realidade do campo; que busca uma educação para todos com qualidade da infância ao adolescente, do jovem ao adulto.

Com a pesquisa feita em campo e a realização do estágio nas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi possível perceber uma grande falha no sistema educacional; as escolas ainda continuam reproduzindo os conceitos de décadas passadas. Também foram notadas as diferenças sociais e econômicas dos alunos do campo e que ainda assim as escolas trabalham os conceitos educacionais de forma homogênea, apesar de identificar e reconhecer falhas nas concepções metodológicas ainda não apresentou iniciativas para mudar esses conceitos.

Vale ressaltar que muitos problemas aqui apresentados são falhas do sistema operacional da educação que perpassa por muitos anos. São reproduções raizadas que tentam cobrir os erros, os deslizos, os problemas em fim, tudo parece um comodismo onde o velho reproduzido á anos é bem mais fácil conduzir que o novo precisando refletir diagnosticar, planejar e colocar em ação o que é viável e produtivo com qualidade. Sendo assim o desafio continua ainda há uma interrogação, mas se há esperança e perseverança a vida de todos pode melhorar seja no campo ou na cidade, na favela ou grandes centros.

A pesquisa na Escola Benjamin Constant, Comunidade São Francisco de Assis Km 85 norte visou identificar problematizar e registrar os problemas, para isso, tentou-se buscar depoimentos de professores, pais e alunos para contribuir na pesquisa. Após um breve levantamento na comunidade foi realizado um estudo buscando teorias de autores na qual tratam-se dessa problemática nos quais apontam questões políticas, sociais, econômicas e principalmente as educacionais.

A realização desse trabalho foi de grande importância pelo fato de contribuir com a comunidade em buscar políticas públicas para o campo. O Projeto interventivo e o estagio foram realizado na cidade, mas os alunos são do campo e contam com transportes escolares para chegarem à escola. Os levantamentos,

pesquisas e estudos foram realizados na comunidade dos alunos visto que, há uma discussão em levar em breve o Projeto da EJA para as escolas do campo já que este constará a partir de agora no PPP da escola que vem sendo construídos desde 2010 na qual participam (Discentes do Curso de Licenciatura em educação do campo (PROCAMPO), Direção escolar, Professores, Pais e Alunos).

A dificuldade de colocar em prática os projetos realizados na comunidade e para a comunidade São Francisco de Assis Km 85 norte em Medicilândia Pará tem sido difícil até o presente momento, não há parcerias por parte dos gestores municipais. É percebida uma grande falta de interesse ou compromisso das pessoas que estão à frente do poder público local e regional; mas ainda que essa utopia continue os agentes formadores de opiniões continuará lutando para ajudar o povo sofrido e esquecido que vive e sobrevive do campo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

ARROYO, Miguel. **Formação de Educadores e Educadoras do Campo**. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Lei n. 9394 de 20 dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 027833, col. 1, 23 dez. 1996.

GANDIM, D. e GANDIM, L. A. **Temas para um projeto político- pedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MOLINA, Mônica C. **A Constitucionalidade e a Justiciabilidade do direito à educação dos povos do campo**. IN: SANTOS, Clarice A. (org) **Por uma educação do Campo**. Campo, Políticas Públicas – Educação. Brasília: INCRA: MDA, 2008 p.19 a 31

MOREIRA, Antonio Flávio. **Escola, currículo e a construção do conhecimento**. Campinas: Papyrus, 2003.

PAIVA, Vanilda P. **Educação popular e educação de adultos**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1983.

SAVIANI, Demerval, **Escola e Democracia: Polêmicas do Nosso Tempo**. Campinas, Autores associados, 1994